

POLÍTICA

Com o número mínimo de votos—47— e 37 votos contrários, a Comissão de Sistematização aprovou ontem a emenda Antônio Mariz, que prevê a taxação das grandes fortunas. Foi o último dia da votação do capítulo VI da nova Constituição.

A taxação das grandes fortunas

As grandes fortunas serão taxadas, decidiu ontem a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Emenda do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), que cria o imposto sobre as grandes fortunas, foi aprovada ontem de manhã com o número mínimo de votos necessários — 47.

A proposta, que recebeu 37 votos contrários, deixa para a lei complementar a definição do que é uma grande fortuna e a regulamentação do novo imposto. A Comissão de Sistematização encerrou ontem, na hora do almoço, a votação do capítulo VI do projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) — Do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Em um dia e meio de votação, a Comissão manteve o adicional de 5% do Imposto de Renda sobre os ganhos do capital, a ser cobrado pelos Estados, e derrubou emenda do deputado Gastone Righi (PTB-SP) que isentava os rendimentos inferiores a 10 salários mínimos do IR.

“Essa proposta teria efeito inverso ao que deseja seu autor”, argumentou, no sábado, o deputado José Serra (PMDB-SP), que elaborou o texto que serviu de base ao substitutivo de Cabral. Serra convenceu a maioria da Comissão de que não vale a pena “amarrar” o salário mínimo às variáveis econômicas, pois isso só impediria que ele fosse aumentado. Já o adicional de 5% só vai atingir os ricos e não afetará os assalariados, disse o deputado, que fez a defesa do substitutivo de Cabral na maior parte das discussões sobre as emendas propostas.

A criação do imposto sobre grandes fortunas foi uma das poucas modificações substanciais que o texto de Serra e Cabral sofreu. No debate, o autor da proposta, Antônio Mariz, lembrou que 56% das receitas federais provêm do Imposto de Renda, mas afirmou que ele atinge apenas os assalariados e trabalhadores autônomos, em consequência das isenções, abusivas concedidas aos ganhos de Capital. Contra o novo imposto falaram o ex-ministro da Fazenda e ex-secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles (PFL-RJ), e o senador João Menezes (PFL-PA).

“Somente teremos um sistema tributário verdadeiramente progressivo quando acabarmos com os títulos ao portador”, disse Dornelles. “Qualquer novo imposto só vai atingir bens visíveis e os depósitos de poupança na caixa.” João Menezes afirmou que “uma emenda como essa atrapalha quem produz, e quem paga a conta é a classe média”.

Compulsório

A Comissão de Sistematização excluiu também da proposta de Cabral a possibilidade

de o governo federal instituir empréstimo compulsório para absorver poder de compra da população, como feito no ano passado, com o “cruzadinho”, que criou os compulsórios sobre automóveis, combustíveis e viagens ao Exterior. Votada no sábado, a emenda do deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) limitou a criação de compulsórios aos casos de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência, e necessidade de investimento público de relevante interesse nacional. Ainda assim, este último só poderá ser cobrado no exercício seguinte ao da sua criação e em qualquer dos casos é exigida a aprovação do Legislativo. Dessa forma, fica vedada a utilização dos compulsórios como instrumento de política econômica.

Ainda na seção do sistema tributário, a Comissão aprovou ontem proposta do deputado Simão Sessim (PFL-RJ) que obriga as empresas comerciais a considerar o valor das operações de financiamento de bens de consumo para o cálculo do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias — o ICM. A proposta do pedetista carioca foi defendida por um pedetista também do Rio de Janeiro: o ex-secretário de Fazenda, César Maia. Ele explicou que as grandes lojas podem hoje reduzir seus custos fazendo convênios com financeiras e recolhendo ICM apenas sobre o preço a vista dos produtos que vendem. Quem perde são os pequenos lojistas, que não podem apelar para esse recurso. A emenda foi aprovada por 77 votos contra 10.

Secretários

A votação do capítulo do sistema tributário foi acompanhada com atenção por 16 secretários de Fazenda dos Estados, interessados em garantir a profunda redistribuição de receitas promovida pelo texto de José Serra e Bernardo Cabral. Os secretários conseguiram a aprovação de uma emenda de seu interesse, que distribuiu entre o Estado produtor e o comprador a receita de ICM de cada operação, ficando o produtor com a alíquota interestadual, e o comprador com a diferença entre esta e a alíquota interna.

Os secretários patrocinaram também algumas mudanças de redação e terminaram satisfeitos com o resultado da votação. De acordo com José Serra, os Estados terão um ganho de cerca de 15% em suas receitas, e os municípios de cerca de 32%, se a proposta da Comissão de Sistematização tornar-se finalmente parte da Constituição. O governo federal perde 26%, segundo os cálculos do Ministério da Fazenda, e ainda terá de aceitar uma participação muito maior do Legislativo na definição de matérias econômicas e financeiras, a começar pela votação do orçamento da União.



Sistematização: votação do sistema tributário...



...e duros ataques contra o presidente Sarney.

ATAQUES A SARNNEY

O encerramento da sessão de ontem da Comissão de Sistematização foi marcado por violentos ataques ao presidente José Sarney, a quem foi atribuída a culpa pela saída da Constituinte do quarto suplente da bancada do PMDB de Minas Gerais, Israel Pinheiro Filho, que estava em exercício. Na verdade, ele saiu porque o governador de Minas, Newton Cardoso, neste final de semana exonerou quatro secretários para que retornassem à Constituinte, garantindo o afastamento de Israel, um parlamentarista que contrariava a posição do presidente e do governador.

O vice-presidente da Comissão, senador Fernando Henrique Cardoso, associando-se às manifestações de solidariedade a Israel, afirmou: “Não acredito que o presidente da República tenha a coragem de transformar esta Constituinte em campo de batalha. Se o fizer será derrotado”.

Já o ex-ministro da Justiça, deputado Fernando Lyra, foi bem mais agressivo: “Sarney é traidor da transição democrática porque assumiu compromisso na minha presença, como ministro da Justiça, e de Ulysses Guimarães, como presidente da Câmara, de enviar

mensagem propondo eleições diretas, dizendo que lhe bastavam quatro anos de mandato”.

Tudo começou quando o deputado José Serra (PMDB-SP) saudou o encerramento da votação do capítulo VI — “fizemos um bom trabalho” — e elogiou o deputado Israel Pinheiro “por sua estatura, sua combatividade, seu companheirismo”, o que arrancou palmas de todo o plenário.

Fernando Henrique Cardoso, que presidia os trabalhos, registrou: “Foi um ato de violência que o afastou. As palmas, porém, falam mais que quaisquer palavras”.

“Ele foi retirado porque estava contrariando o presidente da República, ficando com o parlamentarismo”, denunciou, a seguir, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE).

O líder do governo, Carlos Sant’Anna, explicou: “Trata-se de injustiça ao presidente da República. Toda a casa sabia que, quando da votação da Constituinte, os deputados-secretários de Minas reassumiriam os mandatos”.

O ex-líder do PMDB, Pimenta da Veiga, não concordou: “Foi ato de per-

seguição política, porque Israel não se curvou às pressões exercidas”.

“Não houve ato de violência”, garantiu Marcos Lima (PMDB-MG).

Fernando Lyra fez, então, sua primeira intervenção repudiando a saída de Israel Pinheiro: “Faz parte de jogo sujo de quem não quer respeitar a maioria da Constituinte”.

Carlos Sant’Anna voltou a defender o governo: “É injustiça que se faz ao presidente da República. Se esta Casa não lhe fizer justiça, a história fará à sua postura de estadista. O deputado Fernando Lyra devia ter o mínimo de ética ante o presidente de quem foi ministro”.

“Rompi com Sarney quando ele traiu a transição. Não falo mal do governo porque o governo não existe”, replicou Lyra.

O presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, que estava na convenção do PFL, voltou ao plenário para “lamentar o acontecimento no mínimo surpreendente da retirada de Israel Pinheiro Filho”. E depois de elogiar o suplente mineiro, terminou por assegurar: “Nós vamos vencer a batalha do parlamentarismo”.